



Tribunal de Justiça do
Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DO LIX CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS
DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA REMOÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um Caderno de Questões contendo as questões da Prova Escrita e Prática.
 - Um Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática contendo **21** (vinte e uma) folhas, ou seja, **2** (duas) destinadas aos dados pessoais do candidato e as instruções da prova, **2** (duas) destinadas ao Rascunho da Dissertação; **2** (duas) destinadas ao Texto Definitivo da Dissertação; **2** (duas) Rascunho da Prova Prática; **6** (seis) folhas para o Texto Definitivo – Prova Prática; **2** (duas) folhas Rascunho para a Prova Discursiva das questões e **5** (cinco) folhas para o Texto Definitivo para cada questão (5).
- Para realização da Prova Escrita e Prática, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Escrita e Prática deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.
- A Prova Escrita e Prática não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro lugar que não seja o cabeçalho do Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da Prova Escrita e Prática.
- Na Prova Prática, assine a Peça como **TÍCIO MERIUS**.
- Somente será permitida, na Prova Escrita e Prática, a consulta à legislação não comentada ou anotada, vedada a utilização de obras que contenham formulários, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas.
- A Prova Escrita e Prática terá duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para elaboração e transcrição do texto para o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática.
- O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando ao fiscal o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática e podendo levar o Caderno de Questões da Prova Escrita e Prática.
- O texto transcrito nos espaços destinados ao Texto Definitivo da Prova Escrita e Prática será o único documento válido para avaliação.
- Para rascunho, utilize o espaço destinado a ele, que é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal de sala.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estava portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, ele será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não podendo utilizar os sanitários.

11/2018

LIX Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações das Atividades Notariais e/ou Registrais, por Admissão e por Remoção, do Estado do Rio de Janeiro

PROVA ESCRITA E PRÁTICA NO CRITÉRIO DE REMOÇÃO
Concurso Público Edital LIX

Dissertação

Disserte sobre o protesto de certidões de dívida ativa, ressaltando sua função social e os seguintes pontos: permissão legal para apresentação a protesto e documento (s) hábeis para apresentação a protesto; relação com as ações de execução fiscal; forma de pagamento dos emolumentos devidos pelo procedimento de protesto e seu cancelamento adotado pelo Estado do Rio de Janeiro.

Peça Prática

Marcos Silva, brasileiro, engenheiro civil, portador da identidade: 1111111, SSP/RJ, inscrito no CPF: 222.222.222-22, casou-se em 10/04/1998 sob o regime da comunhão parcial de bens com Juliana Santos Silva, brasileira, portadora da identidade: 3333333, SSP/RJ, inscrita no CPF: 444.444.444-44, engenheira civil, e, moram na Rua Primeiro de Março, n. 200, apartamento 101, Bairro: Centro, Rio de Janeiro, RJ. No ano de 1999 tiveram um filho Pedro Santos Silva, brasileiro, solteiro, portador da identidade: 5555555, SSP/RJ, inscrito no CPF: 666.666.666-66. Marcos e Juliana consultaram um advogado sobre um planejamento de sucessão patrimonial.

O advogado sugeriu que fizessem a transferência em vida para o filho da propriedade imobiliária onde moram reservando usufruto dos pais com direito de acrescer da propriedade, constituída de uma casa residencial com 220m² (duzentos e vinte metros quadrados), registrada no R-3 da matrícula 777 do Livro 2 do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro - RJ e da casa alugada para o filho do casal de 110m² (cento e dez metros quadrados) situada na Rua Luís de Camões, nº 30, Centro, Rio de Janeiro, RJ, registrada no R-6 da matrícula 888 do Livro 2 do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro - RJ.

O imóvel da matrícula 777 tem valor venal de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e o imóvel da matrícula 888 de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Os imóveis não são enfiteúticos. O Município do Rio de Janeiro para fins de incidência de ITBI atribui a alíquota de 3% para alienação de bens imóveis.

O Estado do Rio de Janeiro atribui a alíquota de 5% para valores acima de 100.000 UFIR-RJ (valor unitário da UFIR-RJ/2018: R\$3,2939 = R\$329.390,00) e até 200.000 UFIR-RJ (valor unitário da UFIR-RJ/2018: R\$3,2939 = R\$658.780,00).

O casal e o filho comparecem ao 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro para solicitar a lavratura da escritura pública correspondente. Lavre o ato notarial correspondente se o caso descrito acima levar ao convencimento de que o ato possa ser escriturado. Lavre a peça de recusa se o caso apresentado contiver elementos para a recusa da escrituração do ato notarial correspondente.

Indique a cotação, descrição dos emolumentos, e, tributos incidentes sobre o ato lavrado, se houver.

Questões Discursivas

Questão 01 – Considerando-se as disposições constitucionais sobre os serviços notariais e de registro, aponte: a) a natureza jurídica da função exercida pelos notários e registradores e a forma destes ingressarem na carreira; b) a competência e forma de controle e fiscalização dos serviços notariais e registrais; c) as formalidades exigidas para mudança da instalação física da serventia; d) forma de remuneração dos serviços notariais e registrais, bem como a natureza jurídica desses emolumentos de acordo com o STF. e) finalmente, indique o fundamento para que os notários e registradores não percebam férias e décimo terceiro salário.

Questão 02 – Em relação aos registros realizados no Registro de Títulos e Documentos de que tratam os artigos 127 e

129 da Lei nº 6.015/1973, responda:

a) quais os efeitos gerados pelos atos registrares previstos em tais artigos? Explique em que consiste tais efeitos. b) quais providências devem ser tomadas para elucidação do efeito previsto no artigo 127, VII, da Lei nº 6.015/1973, segundo a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro, Parte Extrajudicial? c) uma escritura pública de emissão de debêntures com garantia de alienação fiduciária de bem móvel lavrada no Rio de Janeiro, RJ, deve ser registrada no Registro de Imóveis?

2

Questão 03 – a) qual o escopo e efeitos do registro da alienação fiduciária de bem imóvel? b) explique a titularidade da posse do bem imóvel alienado fiduciariamente. c) Como se constitui a alienação fiduciária de bem imóvel? d) O fiduciante pode transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária?

Questão 04 – Felipe Silva foi casado com Mariana Silva por vinte anos e teve um filho Bernardo Silva, hoje com 18 (dezoito) anos. Felipe Silva, já divorciado, casou-se com Fernanda Souza, também divorciada de Pedro Souza, mãe de Isabela Souza com 17 (dezesete) anos, de seu primeiro casamento. Bernardo e Isabela vivem na mesma casa de seu pai e mãe, respectivamente, sendo criados como se fossem irmãos. Entretanto, mantiveram relacionamento afetivo e pretendem se casar. Contudo, Felipe Silva discorda do casamento, por Isabela Souza ser sua enteada. Indaga-se: I) Felipe Silva poderá apresentar impugnação ao casamento de seu filho Bernardo Silva, ao fundamento de ser Isabela Souza sua enteada? II) Bernardo Silva e Isabela Souza poderão se casar sem a anuência de seus pais? III) Bernardo Silva, como pai afetivo de fato, poderá impedir que Fernanda Souza consinta com o casamento?

Questão 05 – Discorra sobre o protesto de título executivo judicial definitivo no Estado do Rio de Janeiro, abordando os seguintes itens: a) título hábil para o protesto extrajudicial; b) tabelionato de protesto competente para lavrar o protesto; c) O processo de execução terá curso normal após a entrega do título hábil a protesto e em que prazo?

